

Sumário

1. Introdução.....	15
2. O acesso à justiça: quadro atual e lições apuradas da experiência brasileira	25
2.1. A situação política como fator determinante do acesso à justiça na América Latina	25
2.2. O acesso à justiça: obstáculos e desafios	32
2.3. O acesso à justiça no Brasil. A explosão de litígios e seus efeitos na qualidade da prestação jurisdicional.....	51
3. Panorama da efetividade e eficiência do processo nas experiências do Brasil e da Espanha	89
3.1. A efetividade no processo	89
3.1.1. Marco conceitual	89
3.1.2. Obstáculos a efetividade processual.....	99
3.1.3. A visão instrumental do processo como ferramenta de acesso ao processo justo e para preservação do devido processo legal.....	106
3.2. A eficiência processual como elemento para a melhora da prestação jurisdicional.....	132
3.2.1. Marco Conceitual.....	132
3.2.2. Obstáculos a eficiência do processo.....	136
3.2.3. A eficiência do processo e sua influência na qualidade da atividade final do Judiciário	146
4. O processo como “comunidade de trabalho”. Linhas de atuação para a busca de maior eficácia no “processo colaborativo” no Brasil. Reflexões à luz do sistema espanhol	167
4.1. A ética como elemento inspirador do “processo colaborativo”	167

4.2. A boa-fé processual e sua importância como ferramenta ética	178
4.3. O papel do juiz na busca do processo justo.....	209
4.4. O dever de motivação das decisões judiciais	212
4.5. A uniformidade e padrões decisórios: a estabilização das decisões e a coerência nos julgamentos com o escopo de resguardo da isonomia.....	231
4.6. O princípio da economia processual e a cumulação de pretensões no processo civil	263
4.7. O princípio da cooperação como fundamento do processo	271
4.8. A isonomia processual e sua importância na construção do processo colaborativo	287
4.9. O princípio do contraditório participativo como forma de fomentar o diálogo entre os personagens do processo	299
4.10. A oralidade e sua contribuição para o diálogo entre os sujeitos processuais	309
4.11. A participação das partes no processo colaborativo e a preservação do devido processo legal.....	354
4.12. As nulidades processuais relativas aos atos das partes	368
4.13. A necessidade de uso dos meios alternativos de resolução de conflitos. O papel das partes no processo como protagonistas de mudanças.....	386
5. Conclusões	417
6. Pós-fácio	425
7. Bibliografia.....	431